

Geografia do emprêgo em Manaus

IRENE GARRIDO FILHA *
Geógrafa do IBG

INTRODUÇÃO

A Amazônia vem sofrendo uma transformação progressiva, na passagem do extrativismo para uma economia agropastoril. Isto acarreta uma mudança nas relações de produção, porque, enquanto nas áreas extrativistas predominam as relações de produção pré-capitalistas, nas zonas agrícolas e nas cidades prevalece o trabalho assalariado.

Manaus, dada a sua posição, que controla os afluentes do Amazonas, da foz do rio Negro para montante, comanda uma grande área extrativista decadente, que abrange tôda a parte ocidental, meridional e setentrional do Estado do Amazonas e o Território de Roraima. A zona agropastoril de Manaus, localizada no Médio Vale do Amazonas, esten-

* A autora agradece aos geógrafos O. VALVERDE e C. V. DIAS a orientação dada durante as pesquisas de campo e de gabinete, bem como na elaboração do presente artigo e ao Serviço Nacional de Recenseamento pelas facilidades concedidas na pesquisa dos dados do Recenseamento de 1960.

de-se até Parintins. Este não é um limite rígido, porquanto, no comércio de gado, a influência de Manaus penetra no Estado do Pará, enquanto que na comercialização da fibra de juta sua área se retrai e não pode expandir-se pela concorrência de Santarém, subordinada, por sua vez, aos interesses financeiros de Belém. Isto se refletirá no desenvolvimento industrial de Manaus, sobretudo no setor têxtil.

As áreas essencialmente extrativas — em crise econômica — liberam mão-de-obra, que busca trabalho nas áreas agrícolas ou então nas cidades. Para Manaus afluem essas populações marginalizadas, que nela procuram empregos e assistência escolar e hospitalar. Em consequência, a capital amazonense engloba 64% da população urbana e 30% da população total do Estado.

Além disso, Manaus, pelos equipamentos urbanos que adquiriu com a sua função comercial do período extrativista, concentra as atividades econômicas do Estado:

Na indústria: 58% do total dos estabelecimentos,
83% do total do pessoal ocupado,
80% do valor da produção do Estado;

No comércio: 37% do total dos estabelecimentos,
44% do total do pessoal ocupado,
61% do total dos empregados do Estado;

Nos serviços: 78% do total dos estabelecimentos,
82% do total do pessoal ocupado,
89% do total dos empregados do Estado.

Isto, no entanto, é apenas uma decorrência das condições de espaço ainda não organizado, em que as capitais concentram as atividades da vida econômica do Estado, em detrimento de outros núcleos urbanos, que poderiam tornar-se centros secundários.¹ Assim, Parintins e Itacoatiara, as cidades mais importantes do Estado, após a capital, quase nada representam como mercado de trabalho, porque se localizam entre dois centros maiores: a capital do Estado e Santarém, as quais lhes roubam o papel de centros menores, que poderiam exercer.

Como a oferta de empregos nas cidades não cresce proporcionalmente ao aumento da população em idade ativa (crescimento demográfico elevado) os deslocamentos de população vêm agravar os problemas de subemprego, disfarçado ou não, e mesmo de não-emprego, este principalmente entre os jovens.

O trabalho, como bem frisou R. ROCHEFORT,² toma características “patológicas”. Esta é a essência dos fatos que pretendemos focalizar.

¹ GEORGE, P. et alii: *La géographie active*. Paris, Presses Universitaires de France, 1964.

² ROCHEFORT, R.: *Le travail en Sicile*. Paris, Presses Universitaires de France, 1961.

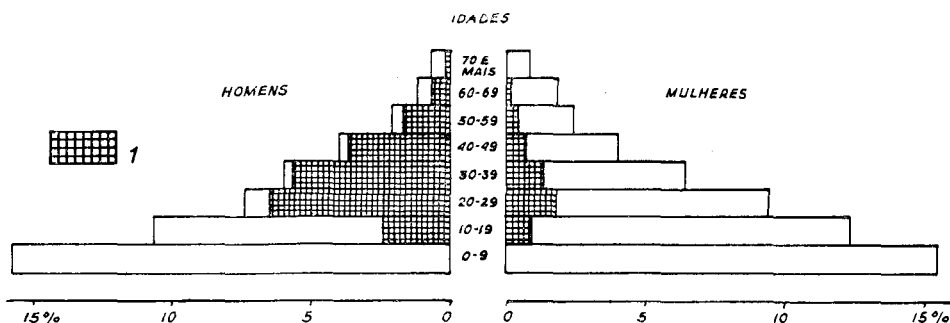
I — O trabalho e a inatividade

A inatividade de grande parte da população torna-se uma carga muito pesada para os que trabalham, principalmente se se levam em consideração os baixos salários e o alto custo de vida em Manaus. Apenas 26% dos habitantes da cidade eram economicamente ativos, em 1960. Segundo a CODEAMA,³ em 1966, cada 4 indivíduos tinham que trabalhar para o seu sustento e de mais 10, dos quais 6 eram inativos e 4 estavam desempregados. No entanto, este não é um problema encontrado apenas em Manaus. Em Belém, do mesmo modo, somente 27% das pessoas tinham atividades econômicas em 1960.

Em Manaus a população masculina de idade superior a 20 anos é quase toda ocupada. A participação feminina na vida econômica é pequena (6%). Também o é a proporção de jovens (menos de 20 anos) que têm atividade remunerada (Gráf. 1). Todavia, entrando em profundidade no assunto, verifica-se, em relação aos homens, que não há pleno emprego, porque muitas vezes é necessário haver uma distribuição de trabalho, que não corresponde ao que o indivíduo pode dar, nem ao que a sociedade necessita d'ele, mas que concorda com a estrutura sócio-econômica vigente. No caso de população feminina e dos jovens, evidencia-se a pequena absorção de mão-de-obra pelo mercado local. Assim, observa-se que há subemprego e desemprego; este principalmente entre os jovens.

Uma porcentagem elevada de crianças representará, em futuro próximo, um aumento grande na demanda de empregos, quando estes jovens se tornarem elementos atuantes na sociedade.

Estas características do trabalho na capital amazonense refletem-se na grande expansão de bairros pobres e mesmo miseráveis e uma relativamente pequena expansão de bairros de classe média e abastada.



Graáfico 1 — Pirâmide de idades de Manaus — 1960: 1 — população economicamente ativa.
Fonte: Recenseamento Demográfico.

³ CODEMA: *A Cidade de Manaus. Estudos Específicos*. Ano IV n.º 18. 4.ª edição, Manaus, 1968.

A fraca industrialização e a hipertrofia do setor terciário

O processo de industrialização de Manaus passou por duas fases que se superpõem, atualmente.

A primeira se relaciona com uma economia basicamente extrativa, caracterizada pelo simples beneficiamento dos produtos coletados, principalmente castanha, borracha e madeiras e que funciona plenamente apenas durante a safra daqueles produtos.

Gráfico 2 — Máximo e mínimo da população ocupada na indústria: A — máximo; B — mínimo; 1 — indústria alimentar; 2 — borracha; 3 — têxtil; 4 — química; 5 — madeira; 6 — minerais não metálicos; 7 — bebidas; 8 — couros e peles; 9 — editorial e gráfica.

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

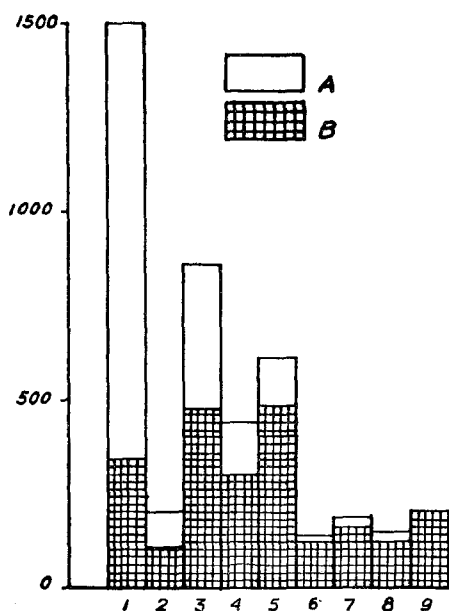
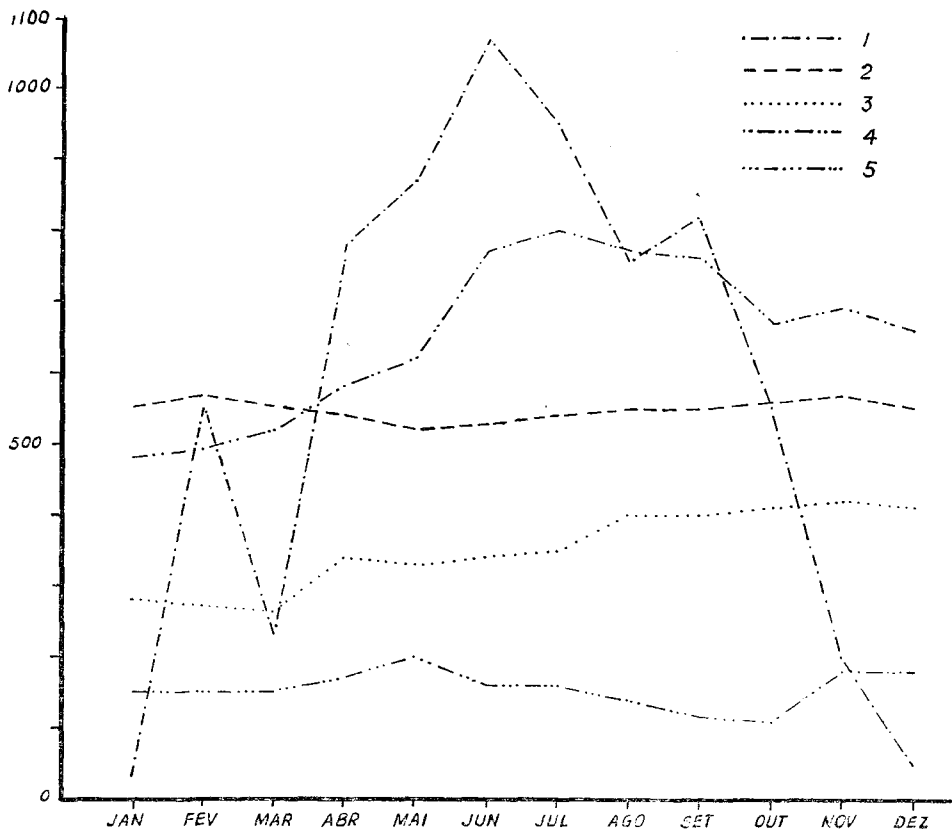


Gráfico 3 — Oscilação da mão-de-obra durante o ano. Manaus 1960. 1 — Beneficiamento de castanha; 2 — madeira; 3 — química; 4 — têxtil. 5 — borracha.

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.



Após longo período de estagnação, que se seguiu à queda da borracha no mercado mundial, vem se verificando um novo surto econômico. A região ganha, gradativamente, novo alento com o desenvolvimento de atividades agropastoris. Passa-se a uma fase mais evoluída do processo de industrialização, com a transformação dos produtos.

Em função da juta, que ganha expressão na agricultura, nas várzeas do Médio Amazonas, começou a industrialização da fibra em duas fases: prensagem e tecelagem. No entanto, as indústrias têxteis de Manaus apresentam problemas de expansão, em função da sua área produtora de fibra. Por um lado, Santarém, através dos capitais de Belém, amplia sua área fornecedora de juta, não podendo, pois, a de Manaus entrar na concorrência, na área para jusante. Em segundo lugar inúmeras são as prensas ainda encontradas em Itacoatiara e Parintins. A capital amazônica vê-se forçada a ampliar sua zona abastecedora em fibra para montante. São, entretanto, zonas subpovoadas.

Outras indústrias surgiram em Manaus. Atualmente, as principais classes da indústria de transformação, isto é, as que, no conjunto da classe, empregam mais de 100 pessoas, são: alimentar, têxtil, de madeira, química, borracha, editorial e gráfica, de bebidas, couros e peles e minerais não-metálicos (Gráf. 2).

As indústrias que têm maior oscilação de mão-de-obra, durante o ano, são as alimentares, seguidas das de borracha, de madeira e da têx-

Foto 1 — Na usina de beneficiamento de castanha predomina o trabalho feminino. Como a indústria só funciona no período de safra do produto, aí ocorre o desemprego sazonal. Foto Chagas: IBG.



til (Gráf. 3). As duas primeiras apresentam variação da mão-de-obra relacionada com o período de safra, quando contratam os empregados; na entressafra há diminuição do pessoal ocupado ou mesmo paralisação completa, como é o caso das usinas de beneficiamento da castanha. Quanto à indústria madeireira, dada sua freqüente localização à beira dos igarapés, no período da vazante as embarcações não penetram nêles; a indústria não é abastecida da matéria-prima e há liberação da mão-de-obra.

Nestas indústrias, assim como nas prensas de juta, ocorre, pois, o desemprego sazonal. No caso da indústria têxtil uma consideração deve ser feita: a grande variação anual do número de empregados que apresenta está relacionada ao fato de nela serem incluídas as prensas de juta, cujo funcionamento se limita ao período de safra da fibra. Nas tecelagens, apesar de não terem um número constante de operários, durante o ano, não se registra a dispensa em massa de trabalhadores, na entressafra da produção agrícola. Ocorre, pois, subemprego disfarçado e não desemprego sazonal.

As indústrias de transformação, que apresentam trabalho sazonal, intensificam sua produção durante o período da safra. Nesta época torna-se difícil arranjar empregadas domésticas, porque estas estão trabalhando nas indústrias de beneficiamento da castanha. Os operários trabalham horas extraordinárias. Em alguns casos, nesses períodos, o trabalho começa às 6 horas e termina às 22 horas, com paradas apenas para as refeições. É uma tarefa excessivamente cansativa e, dadas as condições em que trabalham e a má alimentação, forçosamente baixa o rendimento do operário. Há ainda os que estudam à noite e são obrigados, nessa época, a abandonar a escola, o que evidentemente prejudica a instrução do operariado e o maior rendimento que poderia dar.

Na entressafra os trabalhadores das usinas de castanha, constituídos principalmente de mulheres (foto 1), são despedidos e vão engrossar as fileiras do subproletariado, ou então se marginalizam na prostituição.

Nas indústrias de trabalho sazonal os empregados recebem salário-mínimo somente nos meses em que trabalham. Desta forma, o salário real que percebem é inferior ao mínimo regional. Apenas os capatazes, isto é, os empregados de confiança dos patrões, cuja função é a de fiscalizar o trabalho dos demais, embora com salário-mínimo, recebem seu ordenado durante todos os meses do ano.

Tudo lembra a organização industrial inglesa de fins do século XVIII.

A má remuneração e as atividades sazonais são um atrativo para as indústrias que lá pretendem se instalar. Tanto assim que o planejamento de uma fiação e tecelagem de juta levou em consideração tais aspectos.⁴

⁴ CONSULPLAN: Projeto FITEJUL. Ed. mimeografada. 1961. Pág. 18.

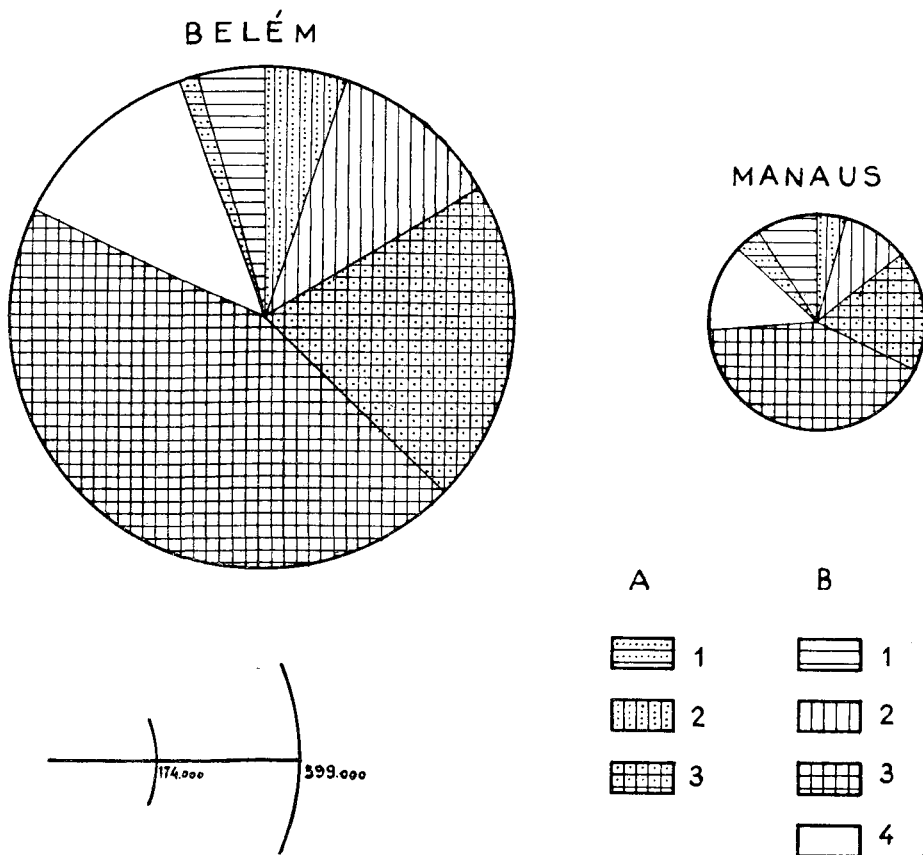


Gráfico 4 — Pessoas economicamente ativas e seus dependentes: A — pessoas economicamente ativas: 1 — atividades primárias; 2 — atividades secundárias; 3 — atividades terciárias. B — pessoas não-economicamente ativas: 1 — atividades primárias; 2 — atividades secundárias; 3 — atividades terciárias; 4 — inativos.
 Fonte: Recenseamento de 1960.

Entretanto, nas indústrias recentes: química, têxtil, de compensados de madeira, as instalações são modernas. Algumas delas têm, também, creche, cantinas e clubes para seus empregados.

As relações de produção são capitalistas. O pagamento é feito em salários, na base do mínimo regional, estabelecido pelo governo. Algumas indústrias têxteis instituíram o sistema Halsey (isto é, o pagamento por produção) e outras o sistema Ford (de prêmios por equipes de maior produtividade) — sistemas de intensificação do trabalho encontrado nas regiões capitalistas mais avançadas. Entretanto, apesar destas melhorias, certas indústrias, como as tecelagens de juta, embora tecnicamente bem equipadas, não possuem exaustores. O ar aí é infestado de poeira, que termina por afetar o aparelho respiratório dos operários.

Outro setor industrial que se encontra em crescimento é o de construções. As indústrias de construção empregam 2 658 pessoas, preponderantemente homens. Nêle também se verifica oscilação de mão-de-obra: “uma parte substancial do emprego na indústria de construção

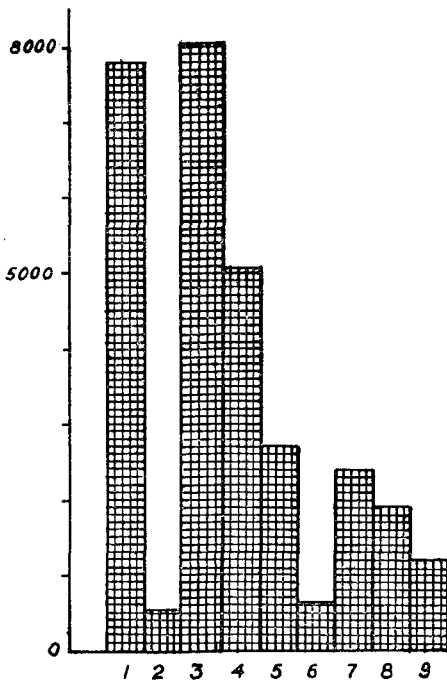


Gráfico 5 — Distribuição de população ocupada segundo os vários setores da atividade terciária: 1 — comércio de mercadorias; 2 — comércio de imóveis; 3 — prestação de serviços; 4 — transportes; 5 — atividades sociais; 6 — profissões liberais; 7 — serviços administrativos do Governo; 8 — defesa nacional; 9 — outras. Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

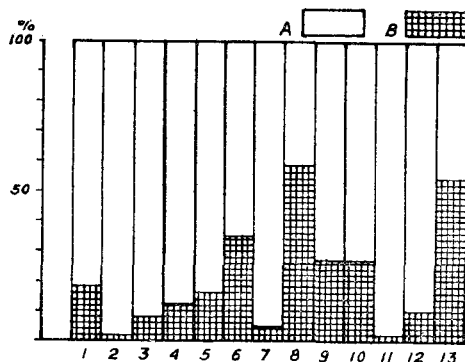
é contudo temporária, durando apenas a fase de construção, pois para operar as instalações ou obras concluídas é necessário, geralmente, apenas uma fração da força de trabalho de construção. A instalação dessa cabe, precipuamente, aos empreiteiros, que o fazem sem grandes problemas.⁵ Muito embora se trate de considerações para toda a Amazônia, adapta-se às condições de Manaus.

Todos estes aspectos explicam porque nas indústrias de transformação, o número máximo de pessoas ocupadas é de 4 631 e o número mínimo, 2 548. Verifica-se, assim, que a redução de mão-de-obra é de 45%. Sente-se a gravidade do problema do desemprego sazonal e do subemprego na capital amazonense; êle é acentuado por um desequilíbrio entre as técnicas avançadas, utilizadas pelas indústrias recentes e a mão-de-obra, abundante e barata, mas sem qualificação.

⁵ SUDAM — 1.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento — 1967-1971. Pág. 171.

Gráfico 6 — População urbana de 10 anos e mais. Manaus 1960: A — Homens; B — Mulheres; 1 — indústria de transformação; 2 — indústria de construção; 3 — serviços industriais de utilidade pública; 4 — comércio de mercadorias; 5 — comércio de imóveis; 6 — prestação de serviços; 7 — transportes; 8 — atividades sociais; 9 — profissões liberais; 10 — serviços administrativos do Governo; 11 — defesa nacional; 12 — atividades primárias; 13 — inativos.

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.



Dada a exigüidade do mercado de trabalho na indústria, há um escoamento de mão-de-obra para o setor terciário, isto é o comércio e os serviços que, além de empregar o maior número de pessoas, é também o de que depende grande parte da população não economicamente ativa: 45% do total da população da cidade.

Tanto assim que a população ocupada na indústria, no município de Manaus, representa apenas 15% do total da população economicamente ativa, incluindo as indústrias de transformação e de construção.

Considerando, ainda, que 15% trabalham na agricultura, salienta-se a importância do setor terciário, com 70% da população economicamente ativa. É verdade que esta distribuição das pessoas ocupadas por setores de atividades não é característica de Manaus; também é o caso de Belém. Resulta das condições econômicas regionais (Gráf. 4).

A hipertrofia do setor terciário, que caracteriza a vida econômica dos países subdesenvolvidos, denota que não houve um crescimento harmônico da cidade. Os desequilíbrios são grandes, com a excessiva importância das atividades comerciais, devidas a uma economia colonial, mercantil e especulativa, típica da Amazônia.

Todavia, estamos em face de uma Amazônia em transformação. E a cidade de Manaus vê progressivamente se reduzir seu "hinterland" fornecedor de matérias-primas do extrativismo vegetal. As firmas comerciais que "aviavam" a produção no interior, isto é, forneciam gêneros de primeira necessidade em troca de produtos extrativos, se retraem. Os proprietários não possuem condições de aventurar o emprêgo de

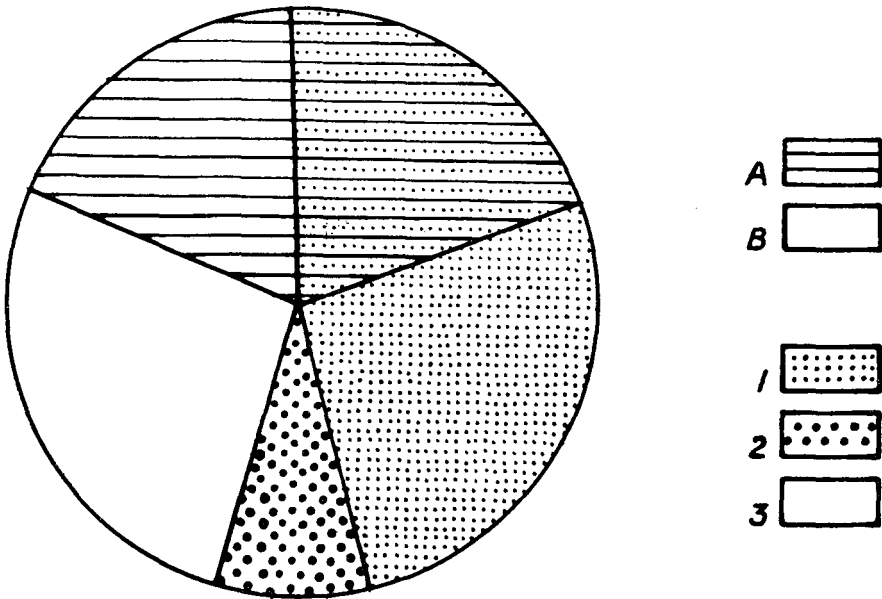


Gráfico 7 — População estudantil e população economicamente ativa entre 5 e 19 anos. Manaus 1960: A — população de 5 a 9 anos; B — população de 10 a 19 anos. 1 — estudantes; 2 — população economicamente ativa; 3 — nem estudantes nem economicamente ativa.
Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

capital para abastecer os seringais e castanhais, dada a instabilidade dos preços dos produtos nos mercados nacional e internacional. Há, por isso, uma liberação de mão-de-obra rural, que demanda a capital amazônica à procura de emprego. Em consequência, Manaus cresceu e cresce, progressiva e aceleradamente.

O processo de urbanização foi mais intenso que o de industrialização. Essas populações marginalizadas procuram trabalho nas atividades domésticas remuneradas, ou em outros serviços, como engraxates, barbeiros, ambulantes, biscateiros, etc. Daí resulta que o setor “prestação de serviços” é muito grande (Gráf. 5). Na realidade, estes serviços ocupam parte da população em idade produtiva e que constitui um excedente de mão-de-obra, que não encontra emprego na indústria, nem no comércio. Há um desequilíbrio, na repartição dos empregos urbanos, o qual se traduz pelo subemprego e pela fraca ou nenhuma produtividade em importantes frações da população urbana. Os serviços administrativos do governo empregam grande quantidade de funcionários. Chegam a constituir quase, a bem dizer, órgãos assistenciais, no tocante à absorção de mão-de-obra excedente, através de paternalismo político.

Tôdas essas modalidades constituem, efetivamente, uma forma de subemprego disfarçado.

A massa de população inativa é pois exagerada, em consequência da exigüidade do mercado de trabalho.

Da população total do município de Manaus, 74% se constituem de pessoas não economicamente ativas. A inatividade se verifica, principalmente, na população jovem (de menos de 20 anos) e na feminina (apenas pequena parcela da população feminina, acima de 10 anos, está empregada).

É verdade que a participação das mulheres é importante (Gráf. 6). Nas atividades ligadas ao ensino, por exemplo, principalmente no curso primário (o que tem maior número de profissionais), a grande maioria é de mulheres. Também o é como domésticas.

Entretanto, a atuação da mão-de-obra feminina cresceu, de 1950 a 1960, reduzidamente. O aumento foi de apenas 3%. Em 1950 representava 17% do total da população economicamente ativa e em 1960 passou a 20%. Esta participação teria sido mais significativa se tivesse havido realmente maior ampliação do mercado de trabalho.

Em relação à população jovem agrava-se o problema. Considerando as pessoas de 10 a 19 anos, verifica-se que a população estudantil e a economicamente ativa não cobrem totalmente a faixa dessa idade (Gráf. 7). Isto significa que 27% da população entre 10 e 19 anos não trabalham nem estudam. Por outro lado, a baixa escolaridade nas faixas que vão de 5 a 19, não deixa margem para otimismo quanto à qualificação dos que, no futuro, irão trabalhar.

II — Crescimento demográfico acelerado e a ampliação reduzida do mercado de trabalho

A oferta de empregos é, portanto, insuficiente, qualitativa e quantitativamente, para a população economicamente ativa que vive hoje em Manaus. Isto é, mesmo para os indivíduos empregados, o mercado de trabalho é deficiente, porque, de maneira geral, não lhes oferece condições adequadas de vida. As manifestações de subemprego, disfarçado ou não, de desemprego sazonal e de não-emprego são evidentes.



Foto 2 — Figuras típicas da vida de Manaus — as vendedoras de tacacá — são encontradas com muita frequência nas esquinas das ruas do centro.

Foto Aranha: IBG.

Observa-se, nas ruas de Manaus, grande quantidade de engraxates (sobretudo menores), vendedores de cigarros e de artigos de importação; êstes, principalmente depois da criação da Zona Franca de Manaus. Em algumas esquinas estão as vendedoras de comidas típicas, como o tacacá (Foto 2). É pitoresco, não resta dúvida, porém mostra a incapacidade do mercado de trabalho efetivo.

Esta situação manifesta-se também no aspecto urbano. Inúmeros são os bairros pobres e mesmo miseráveis da cidade; e são os que mais

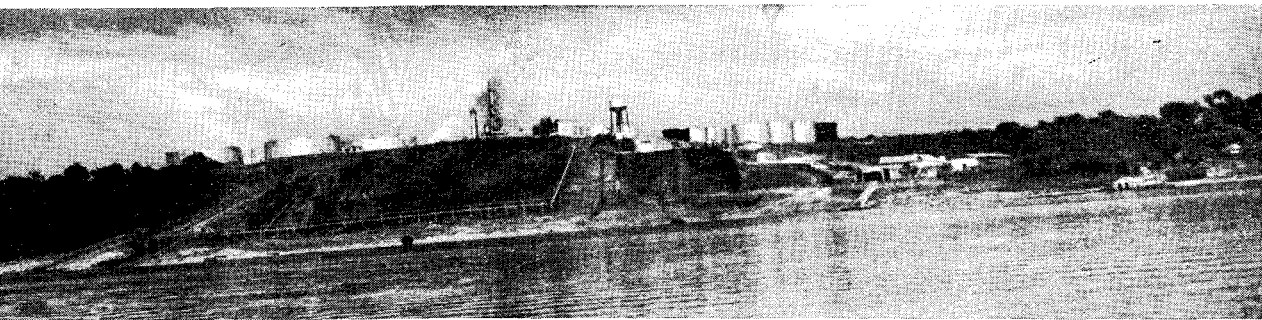


Foto 3 — Em Manaus localiza-se a única refinaria de petróleo da Amazônia, que distribui derivados para toda a região, dando a Manaus importante papel neste setor.

Foto Aranha: IBG.

crecem. Subalimentação, más condições sanitárias e ignorância — subprodutos da miséria — constituem as causas principais de mortalidade no seio da população.

No entanto, particulares e Governo têm procurado, uns investir seus capitais de maneira mais rentável, e o outro promover uma política de ataque ao subdesenvolvimento, visando ambos ao incentivo da vida econômica, o que significará aumento da oferta de empregos. A única refinaria de petróleo da Amazônia (Foto 3), várias tecelagens de juta, serrarias, indústrias de compensados, localizam-se na área urbana. O Governo Federal criou a Zona Franca de Manaus.

Tais medidas vêm agravando o problema, pelo antagonismo entre a capital do Estado do Amazonas e o mundo rural em crise. E a população de Manaus cresce aceleradamente, pois, além do crescimento vegetativo, a cidade se constitui em um pólo de atração para a população rural.

O aumento da população da cidade de Manaus foi de 34,0% no período de 1940 a 1950 e de 70,1%, de 1950 a 1960; enquanto que o Estado do Amazonas, sem contar a capital, cresceu apenas 14,3% e 32,4%, nos mesmos períodos.⁶ De 1960 a 1966,⁷ o crescimento de Manaus foi de 48,5% e o do Estado de apenas 10,5%.

Dois fatores interligados atuaram para que Manaus apresentasse aumento tão grande: o crescimento vegetativo e o êxodo do interior. O crescimento vegetativo acentuado deveu-se à elevada taxa de natalidade: 47%,⁸ e à diminuição da taxa de mortalidade: 11,4%. Também a mortalidade infantil, embora elevada em 1960 (100% nascidos vivos), vem diminuindo progressivamente, conforme se depreende dos dados fornecidos pelos Anuários Estatísticos publicados pelo IBGE. Em 1950 era de 171% e, em 1965, atingia apenas 90% nascidos vivos. A diminuição da taxa de mortalidade e, especialmente, da de mortalidade in-

⁶ Dados fornecidos pelos Recenseamentos de 1950 e de 1960.

⁷ Estimativa da população, fornecida pelo Laboratório de Estatística.

⁸ Dado fornecido pelo Laboratório de Estatística para 1953.

fantil, é uma decorrência da melhoria das condições médico-sanitárias, que se verifica sobretudo nas capitais de Estado.

Nota-se, portanto, uma diferença importante entre a pirâmide de idade de 1960 (Gráf. 1) e a de 1950 (Gráf. 8). A proporção, sobre a população total, das pessoas entre 0 e 9 anos é muito maior, por ocasião do último Recenseamento, do que em 1950.

O segundo fator de crescimento demográfico de Manaus é o poder de atração que exerce a capital amazonense. Suas condições de maior mercado de trabalho do Estado do Amazonas, os atrativos fornecidos pelas maiores facilidades de escola para as crianças, de melhores serviços médicos para tôdas as idades, e outros encontrados nos grandes centros, captam as populações marginalizadas do interior. Esta característica não é recente. A população de Manaus cresceu no período de decadência da borracha, mais do que a de Belém,⁹ porque a gente miserável que abandonava os seringais decadentes não dispunha de dinheiro para ir até Belém. O poder atrativo de Manaus só vem se acentuando. Tanto assim que o Recenseamento de 1960 atesta que 22% das pessoas residentes no município da capital amazonense eram originárias de outros municípios.

Analisando-se a procedência da população que residia na "Cidade Flutuante",¹⁰ melhor podemos caracterizar êste aspecto. Pelo Mapa I verificamos que, até 1950, os residentes em flutuantes eram procedentes dos municípios limítrofes; de 1950 a 1958, do vale do Solimões, do baixo vale do Purus, da área do Amazonas limítrofe com o Pará e do vale do Aripuanã; finalmente, após 1958, do médio Madeira, do médio Purus, do Juruá e do médio e alto rio Negro. Vem-se ampliando a área de ação de Manaus como pólo de atração demográfica. Analisemos a contribuição demográfica destas áreas (Mapa II): Os municípios limítrofes foram os que mais contribuíram, seguidos do vale do Solimões, médio e alto Purus e vale do Aripuanã. Os vales do rio Negro, do Madeira, do Juruá e o alto Solimões, têm pequena contribuição, porque recentemente é que se vem acentuando a crise das zonas extrativistas.

O problema ganha côres mais vivas se considerarmos as faixas de idade. Em 1950, a atuação das pessoas entre 10 e 19 anos na vida econômica do município era bem maior do que em 1960 (Gráf. 1 e 8). Isto não significa maior escolaridade. Se, em 1950, com uma população jovem bem menor proporcionalmente à população total, o subemprego era tão acentuado e o não emprego dos jovens tão marcante em 1960, pode-se imaginar a situação, quando êsse contingente de crianças de hoje ingressar nas fileiras dos que procuram emprego. Seria necessário que o mercado de trabalho se ampliasse proporcionalmente, para não criar situação de crise.

⁹ DIAS, C. V. — *A vida urbana na Amazônia*, Inédito.

¹⁰ CODEAMA: *Os Flutuantes de Manaus*. Estudos Específicos — Ano 2, n.º 13, 2.ª edição. Manaus, 1956.

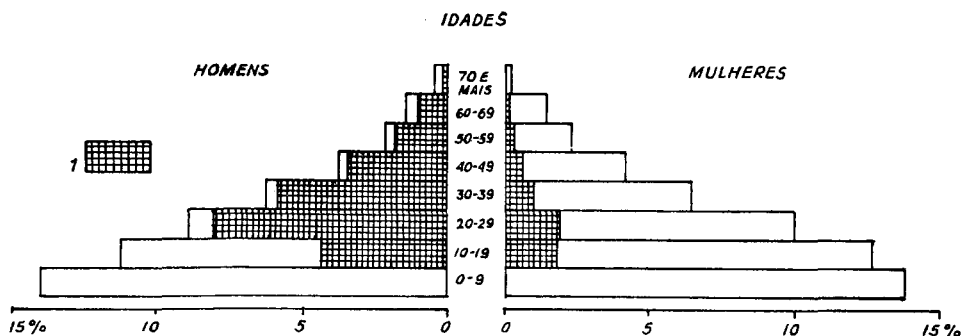


Gráfico 8 — Pirâmide de idades do município de Manaus — 1950:
1 — população economicamente ativa.
Fonte: Recenseamento de 1950.

Por outro lado, para a expansão do mercado de trabalho, em qualquer setor, e especialmente no industrial, torna-se importante a instrução do operariado, para se almejar atingir condições indispensáveis de qualificação de mão-de-obra.

Se considerarmos, por outro lado, o tempo de freqüência, na escola, da população economicamente ativa, observa-se que, em quase todos os ramos de atividade, mais de 50% dos ocupados, em cada ramo, têm 5 anos, ou, em outras palavras, têm o curso elementar (Gráf. 9). Mas, se formos verificar, segundo a ocupação que exercem, os que têm curso primário completo, vemos que ficam abaixo de 50% (Gráf. 10). Demonstrou-se, por conseguinte, que muitos iniciam o curso primário, mas que nem todos o concluem. O mesmo acontece com relação aos outros níveis de instrução.

Quanto ao curso superior completo só se encontra entre as pessoas dedicadas a atividades técnico-científicas, defesa nacional, segurança pública e atividades administrativas. Entretanto, com exceção da última, tôdas as demais ocupam parcela relativamente pequena da população economicamente ativa. Segundo os ramos de atividade, com 13 anos e mais de estudos — que equivalem ao curso superior — estão os profissionais liberais e os dedicados ao comércio de imóveis (ambos com pequena proporção, em relação à população total) e as atividades administrativas do Governo. Estas mesmas atividades absorvem, também, o maior número de indivíduos que freqüentam o curso secundário.

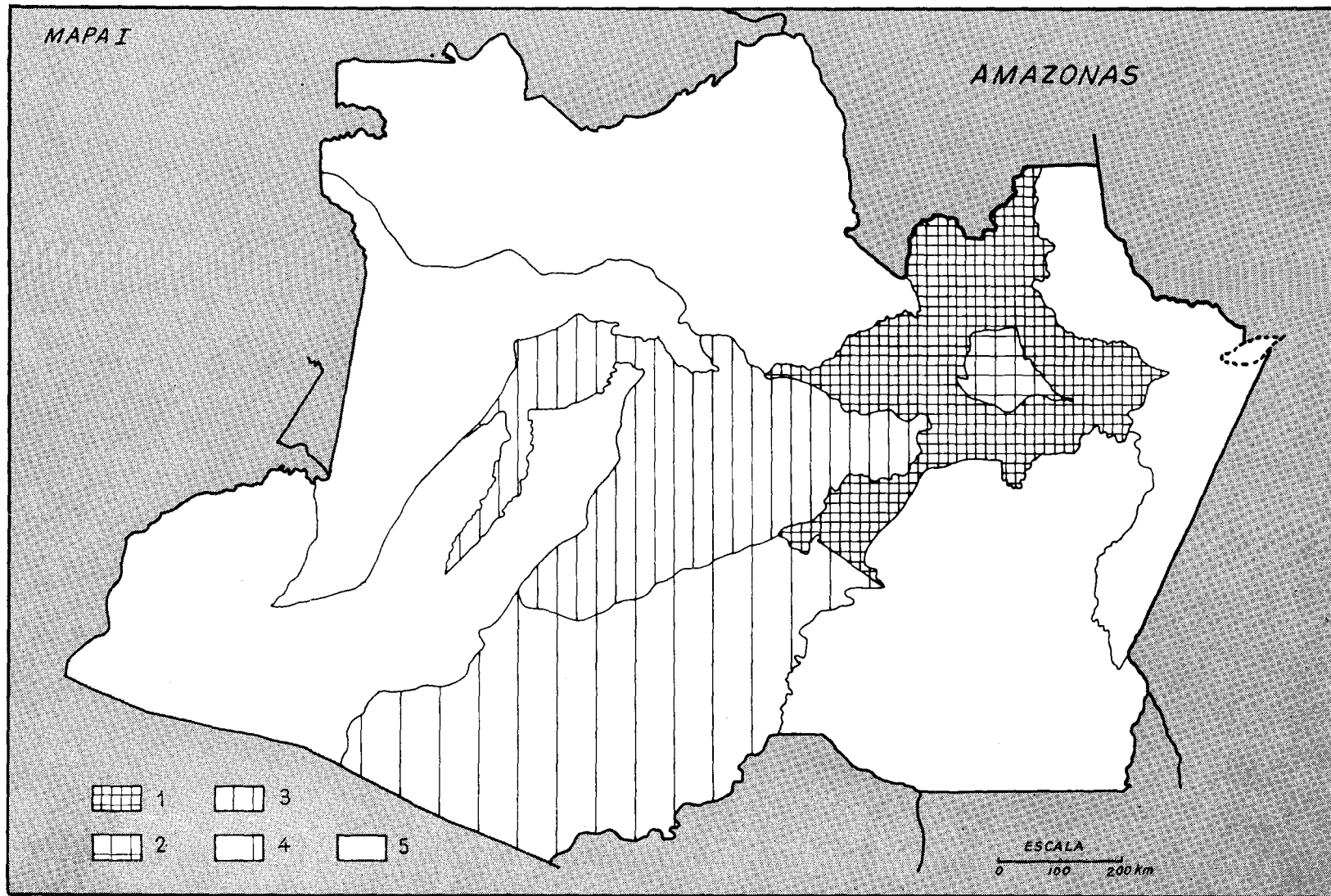
Os serviços administrativos do Governo absorvem mão-de-obra instruída, apta a desenvolver outras atividades produtivas, mas que não o fazem, por falta de mercado de trabalho. Presta, assim, o Serviço Público, seu papel assistencial...

No setor educacional, a situação tende à melhoria progressiva, com a abertura de escolas industriais e comerciais e com a expansão da Universidade do Amazonas.

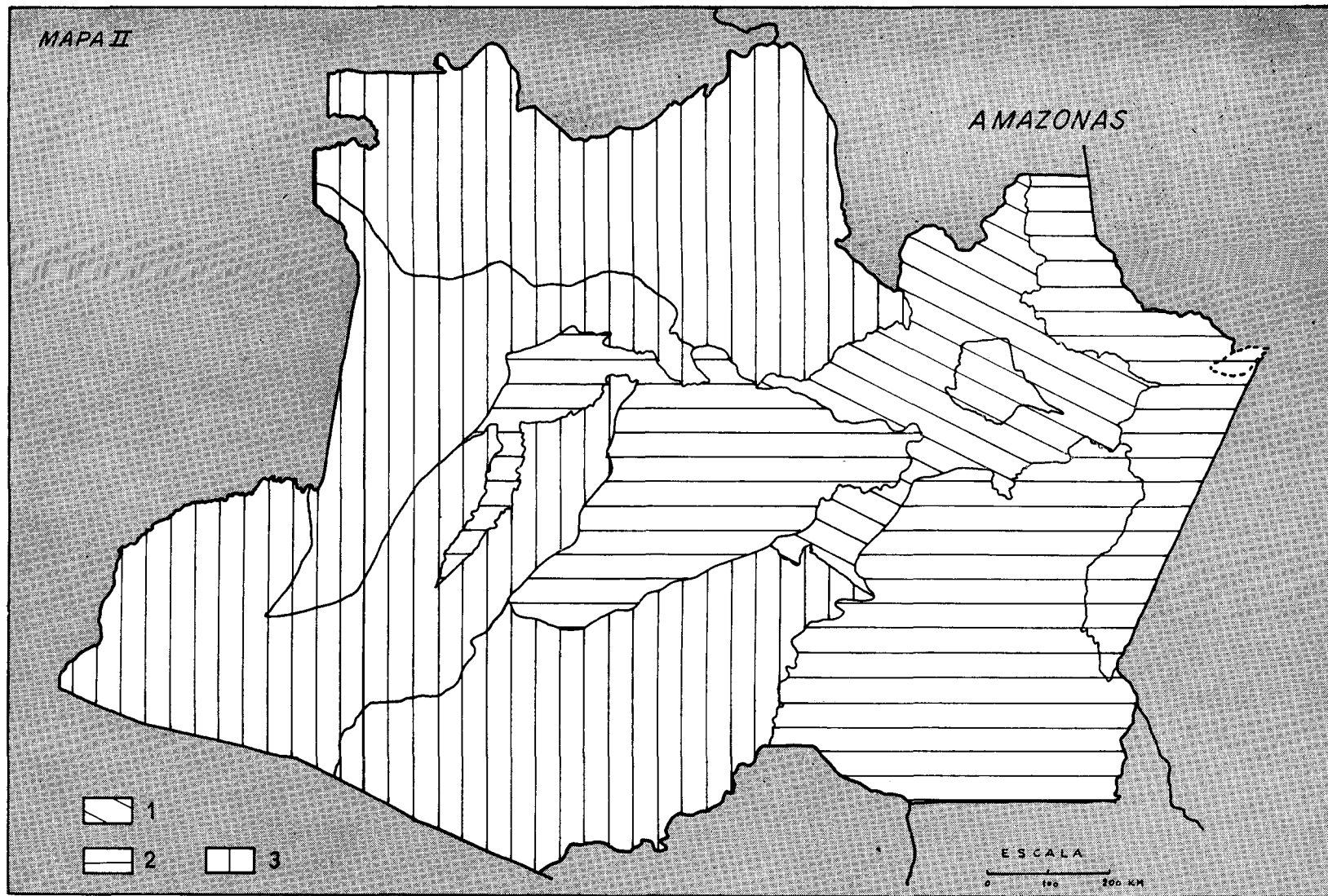
No setor industrial, o nível de instrução é ainda muito baixo. As indústrias recentemente instaladas se ressentem da falta de mão-de-obra

MAPA I

AMAZONAS



Mapa I — Procedência dos chefes de família residentes na Cidade Flutuante, 1965: 1 — mais de 30%; 2 — entre 20 e 30%; 3 — entre 10 e 20%; 4 — entre mais de 5% e menos de 10%; 5 — inferior a 5%. Fonte: "Os Flutuantes de Manaus". CODEAMA. Mapa Base: IBG. Obs. — Os limites das regiões foram estabelecidos pela CODEAMA.



Mapa II — Épocas das migrações dos chefes de família para a Cidade Flutuante, 1965: 1 — antes de 1950; 2 — entre 1950 e 1958; 3 — depois de 1958: Fonte: "Os Flutuantes de Manaus". CODEAMA. 1966. Mapa Base: IBG. Obs. — Os limites das regiões foram estabelecidos pela CODEAMA.

especializada. Alguns operários são, então, enviados à escola do SENAI, para aprendizagem. Mas, em relação à classe operária, a proporção dos que têm essa oportunidade é ínfima.

A partir da década de 50, quando foram instaladas a refinaria de petróleo de Manaus, algumas tecelagens de juta, algumas indústrias madeireiras e, principalmente, após 1960, quando tomou novo vigor o surto industrial, transformou-se muito o mercado de trabalho.

Eram, inicialmente, indústrias que se estabeleciam com capital acumulado das atividades comerciais, como as indústrias I. B. Sabbá. Em seguida, capitais do Sudoeste do Brasil, interessados sobretudo na industrialização da fibra de juta, investiam em Manaus.

A lei de incentivos fiscais, elaborada em 1963, pelo Governo Federal, para a Amazônia, trouxe novo alento à região; porém, sob este aspecto, Belém se diferencia muito de Manaus. De junho de 1964 a julho de 1967, conforme dados da SUDAM, enquanto que, para Belém, foram aprovados 21 projetos, sendo muitos de criação de novos estabelecimentos industriais, para Manaus o número de projetos assinados foi de 8, sendo que apenas um era de instalação de nova indústria — a SIDERAMA. Todos os demais se referiam à ampliação de estabelecimentos já existentes.

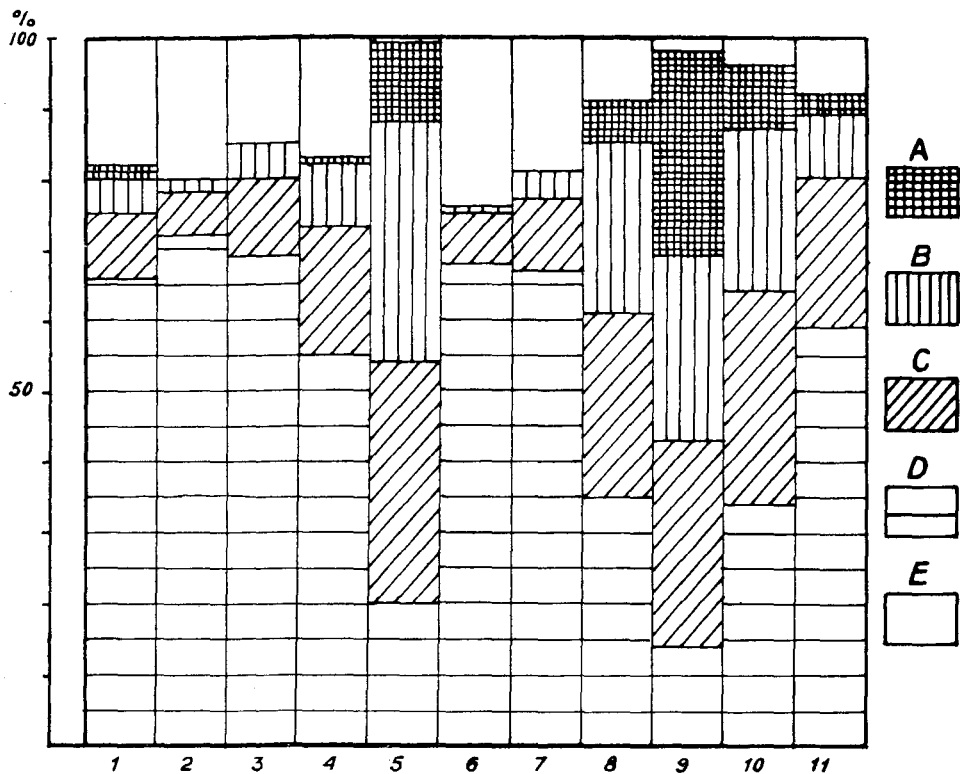
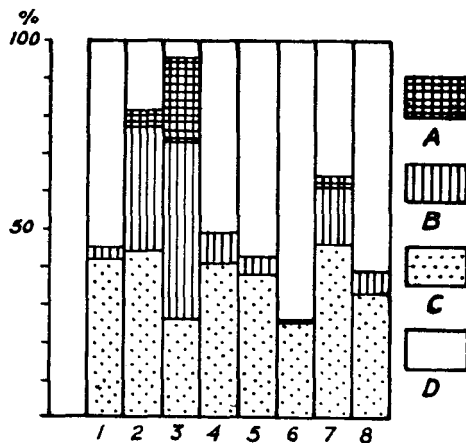


Gráfico 9 — Nível de instrução das pessoas de 10 anos e mais: 1 — indústria de transformação; 2 — indústria de construção; 3 — serviços industriais de utilidade pública; 4 — comércio de mercadorias; 5 — comércio de imóveis; 6 — prestação de serviços; 7 — transportes; 8 — atividades sociais; 9 — profissões liberais; 10 — serviços administrativos do Governo; 11 — defesa nacional. A — 13 anos e mais de estudo B — 10 a 12 anos de estudo C — 6 a 9 anos de estudo D — até 5 anos de estudo E — sem instrução.

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.

Gráfico 10 — Manaus — Curso completo do pessoal ocupado segundo setores da ocupação: 1 — indústria de transformação e construção; 2 — ocupação administrativa; 3 — ocupações técnicas e científicas; 4 — comércio; 5 — transportes; 6 — prestação de serviços; 7 — defesa nacional; 8 — outras ocupações. A — curso elementar B — curso médio C — curso superior D — sem curso completo.

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento.



Tal fato se deve provavelmente às maiores possibilidades que oferece Belém, como metrópole da Amazônia, o que lhe abre um vasto "hinterland" — mercado consumidor maior — e às suas ligações com o Sudeste brasileiro, através da Rodovia Belém-Brasília; Manaus, embora importante centro urbano da Amazônia, tem um mercado consumidor mais reduzido e se encontra praticamente isolada, sem ligações terrestres com o resto do Brasil.

Em 1965, de acôrdo com o Cadastro Industrial, publicado pelo IBGE, os estabelecimentos industriais mais importantes, segundo o pessoal ocupado, eram:

1. 500 a 999 pessoas ocupadas: Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta
2. 250 a 499 pessoas ocupadas: Companhia Petróleo da Amazônia
Madeiras Compensadas Amazônia
Agroindustrial
R. Pereira & Cia. Ltda.
Agroindustrial Mercantil S. A. (Produtos alimentares)
3. 100 a 249 pessoas ocupadas: Indústria I. B. Sabbá S. A.
Companhia Nacional de Borracha
Curtume Mago Ltda.
4. 50 a 99 pessoas ocupadas: Grilo Costa & Cia. Ltda.
Olaria do Estado
Hore Madeiras S. A.
J. Furtado & iCa. Ltda.
Abraham Irmão & Cia.
Agroindustrial Mercantil S. A. (borracha)

Indústria Beneficiadora de Borracha
Ltda.
Curtume Rio Negro Ltda.
Indústria Moageira de Trigo Amazonas S. A.
Papaguara S. A., Massas Alimentícias
Fábrica de Bebidas Andrade
J. Cruz & Cia. Ltda.
Cesar & Cia. Ltda.

Ora, dessas indústrias, instalaram-se depois de 1960 apenas a COMPENSA, a Indústria Moageira de Trigo Amazonas S. A. e a Papaguara. É preciso, no entanto, salientar que o cadastro industrial trabalhou somente com amostragens. No setor da indústria têxtil, por exemplo, faz referência a apenas 1 tecelagem, quando, entre prensas e tecelagem, Manaus possuía, em 1962, 7 estabelecimentos.

De qualquer modo, houve desenvolvimento no mercado de trabalho, sobretudo pela ampliação de indústrias existentes.

Ocorreu um despertar de interesses na ampliação de capitais em Manaus, com a criação da Zona Franca, tanto pela burguesia local como por pessoas de fora. No ano de 1967 a Junta Comercial do Amazonas registrou 1.332 novos estabelecimentos. Muitos bancos abriram filiais naquela cidade; e inúmeros hotéis foram instalados.

É bem verdade que o que até então se desenvolveu em Manaus foi o setor terciário, mas, de qualquer maneira, houve uma ampliação do número de empregos disponíveis. Tanto assim que, grupando as firmas comerciais por classes e verificando a média de pessoas ocupadas, em 1960, e extrapolando-se, obtém-se, para 1967, a cifra de 2 500 novos empregos no setor comercial. A criação de 12 empresas de transporte, o estabelecimento de 35 representações comerciais e outras atividades de menor vulto, trouxeram também sua contribuição ao desdobramento do mercado de trabalho urbano.

A mesma ascensão ainda não se verificou no setor industrial, pois, dos estabelecimentos criados, apenas um se salientava pelo seu vulto. Trata-se de empresa de construção de estradas e não foi possível avaliar o número de trabalhadores e nada nos garante que a mão-de-obra seja recrutada entre a população urbana.

Duas considerações, no entanto, se impõem: numa visão prospectiva, este mercado só se ampliará com a abertura de indústrias, uma vez que o comércio já atingiu o nível de saturação. Por outro lado, a cidade recebeu novo fator de atração de população. Haverá um crescimento demográfico proveniente do interior? Se a Zona Franca agir apenas nesse sentido diluir-se-ão, ao afluxo de população trabalhadora do interior, as melhorias advindas com a sua criação.

III — Reflexos geográficos dos problemas de emprêgo

Contrastes passados e presentes nos apresenta Manaus. O Teatro Amazonas e velhos casarões — símbolos de um período de riqueza de uma classe ligada à economia extrativa — e residências modernas e luxuosas (Foto 4), tudo isto contrasta com a miséria que se encontra à beira dos igarapés (Foto 5).

A cidade de Manaus é cercada de bairros pobres. Este cinturão de pobreza e, muitas vêzes, de miséria, é quebrado, na parte norte da cidade, pela presença do bairro abastado de Adrianópolis.

Foto 4 — Residência do bairro de classe abastada de Adrianópolis, que contrasta rudemente com as casas miseráveis dos igarapés de Manaus.

Foto Jablonsky: IBG.

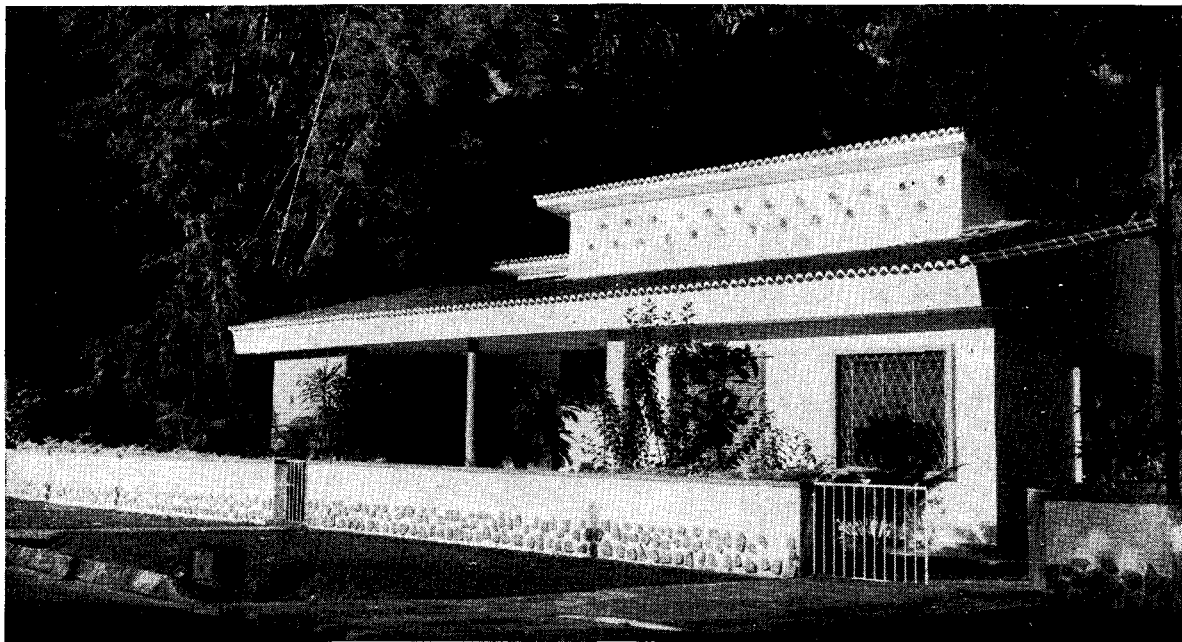


Foto 5 — Nos igarapés de Manaus reina absoluta a classe pobre miserável.

Foto Jablonsky: IBG.



Na porção sudeste de Manaus estão localizados os bairros dos Educandos, de Santa Luzia, da Colônia Oliveira Machado. São também alguns dos bairros proletários da cidade. O bairro dos Educandos, na sua parte mais elevada, abriga a classe pobre melhorada, que habita casas de madeira ou de alvenaria, cobertas de telhas. No igarapé, porém, está a classe pobre miserável, cujas casas de madeira, cobertas de palha, se aglomeram ao longo de ruas estreitas que descem até a beira d'água (Foto 6). Santa Luzia e sua continuação, o Morro da Liberdade e São Lázaro, têm a uni-los a pobreza. Êstes bairros nada têm a dever às favelas do Rio de Janeiro ou aos mocambos do Recife.

Foto 6 — Casas pobres, na descida para o igarapé, no bairro dos Educandos.

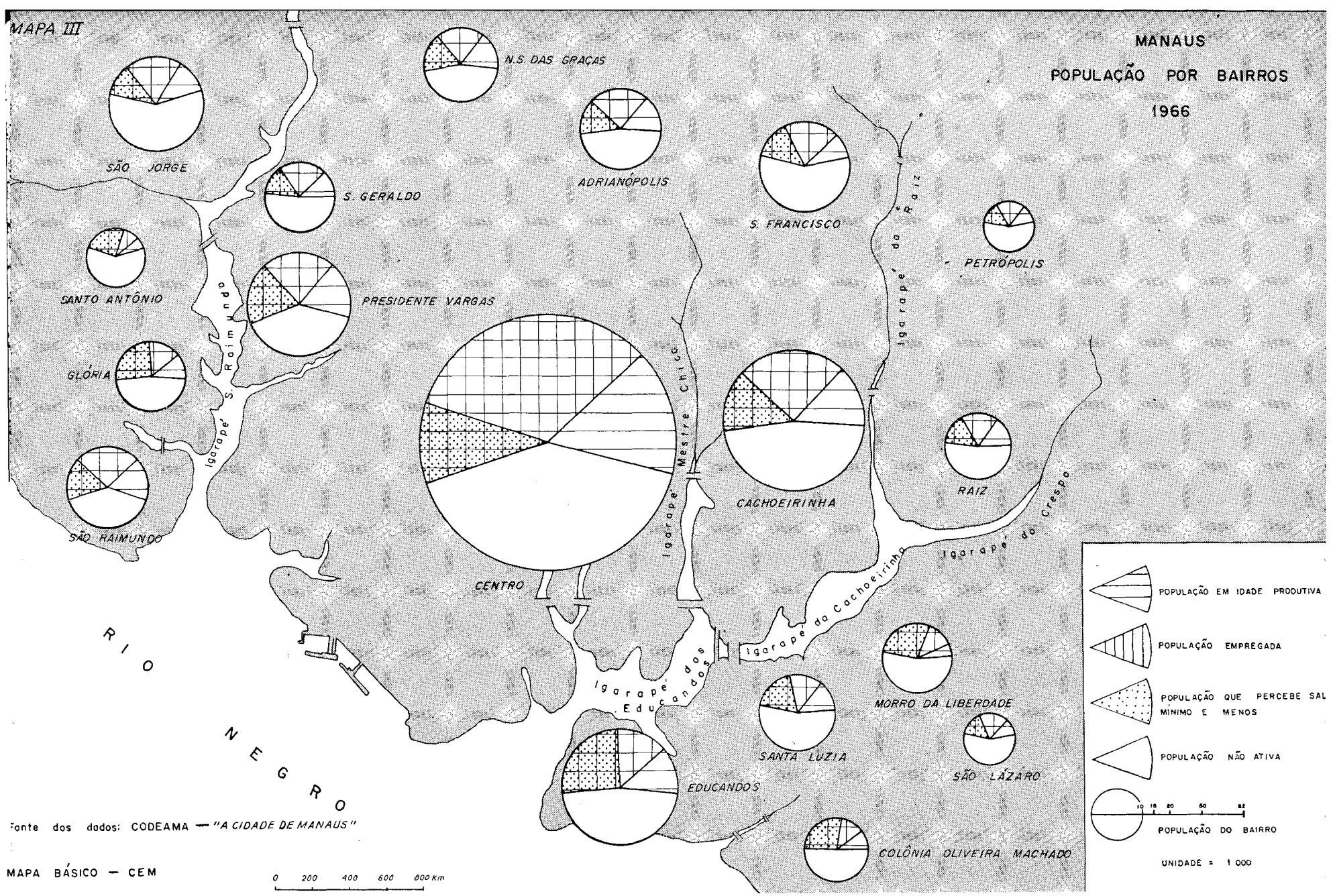
Foto Jablonsky: IBG.



Foto 7 — Este é o conjunto residencial de Flôres. Para essas residências foram transferidos os moradores dos Flutuantes de Manaus. Além da destruição dos locais de trabalho, que muitos tinham na própria Cidade Flutuante, os conjuntos residenciais (Flôres e Rais) não são suficientes para abrigar tôda a população dos Flutuantes. Foto Jablonsky: IBG.



MANAUS
POPULAÇÃO POR BAIRROS
1966



Fonte dos dados: CODEAMA — "A CIDADE DE MANAUS"

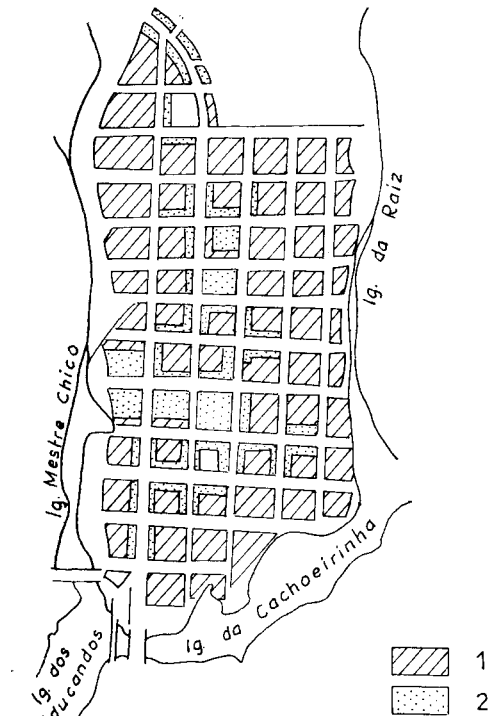
Daí para o norte estão a Rais e Petrópolis, bairros igualmente pobres e proletários. Na parte oeste da cidade outros se localizam: São Raimundo, Glória e Santo Antônio.

Nestes bairros pobres, sobretudo os localizados a sudeste, se instalaram muitas indústrias: tecelagens, beneficiamento de castanha, serrarias etc. A confirmação desse cinturão de pobreza, que cerca Manaus, pode ser verificado no Mapa III, baseado nos salários.

A CODEAMA, no entanto, toma cada bairro como um universo estatístico. Por isso, certas características peculiares e determinados bairros não se salientam. Por exemplo, a Cachoeirinha, segundo os dados referidos parece ser um bairro da classe média. No entanto, a observação direta demonstra sua heterogeneidade. Somente parte do alto do tabuleiro é ocupada por residências da classe média e abastada, mas na descida para os igarapés, que cercam o bairro, predomina absoluta a pobreza (Mapa IV).

Até 1966 havia em Manaus a Cidade Flutuante, bairro construído, como esclarece seu nome, sobre flutuantes, que se localizavam nas proximidades do Mercado Municipal, de onde se expandiu. No Governo Arthur Cesar Ferreira Reis, o bairro foi inteiramente destruído, em vista da necessidade de saneamento da cidade. Realmente, na Cidade Flutuante, o esgoto era o rio, o mesmo que abastecia em água a população do bairro. No entanto, a Cidade Flutuante não era uma favela.¹¹ Nela existiam 157 estabelecimentos comerciais, 10 pequenas indústrias e 15 oficinas. Aí viviam, aproximadamente 4 000 pessoas, população superior, portanto, aos bairros de Petrópolis e São Lázaro.

O Governo construiu, na Rais e em Flôres (Foto 7), bairros residenciais que abrigaram parte da população da Cidade Flutuante (Foto 8). Atualmente esses bairros estão em ampliação, por iniciativa do Banco Nacional de Habitação, Setor do Amazonas. As pessoas que não conseguiram alojamento nesses conjuntos residenciais, mudaram-se, com certeza, para bairros miseráveis, aumentando as favelas. Além



Mapa IV — Bairro da Cachoeirinha: 1 — classe pobre; 2 — classe média e abastada. Escala — 1:20.000.

¹¹ SERRA, C. . R. & CRUZ, W. R.: *Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante*. Manaus, 1964.



Foto 8 — A cidade Flutuante de Manaus, que existiu até 1965. Foto Aranha: IBG.

disso, não se cogitou dos problemas daqueles que, na própria Cidade Flutuante, tinham seus empregos.

O argumento das más condições sanitárias, para a extinção da Cidade Flutuante, não é válido, pois êstes aspectos são encontrados em outros bairros da cidade. Efetivamente, a situação nos bairros proletários é muito deficiente. Por exemplo, os bairros de Santo Antônio, São Lázaro e Glória não possuem rede de esgotos nem fossas. As casas de lá são pequenas e nelas vivem famílias numerosas. Em Manaus o número de pessoas, por residência, é de 6 em média.¹²

Os problemas de Manaus, nesse setor, são de duas ordens: o Governo ainda não estendeu a todos os bairros condições adequadas de rede de esgotos e abastecimento d'água. Por outro lado, a grande massa da população não dispõe de condições econômicas e educacionais que lhes permitam melhor alimentação.

As conseqüências das más condições sanitárias e alimentares são demonstradas pelas causas de morte da população. Predominam gastrites, duodenites, enterites e colites, doenças da primeira infância e tuberculose, como as principais causas de morte da população (Gráfico n.º 11). São, pois, doenças de subdesenvolvimento, resultantes das más condições de alimentação ou, então, sanitárias e habitacionais. Certamente, embora faltem dados, as maiores incidências ocorrem nos bairros pobres.

Há, no entanto, a considerar que essas doenças estão em franco declínio, o que vale dizer que providências foram tomadas pelo Governo, no sentido de maior assistência médico-sanitária.

Vemos, portanto, que os governos federal e local se preocupam em agir na Amazônia; mas a verdade é que as iniciativas governamentais,

¹² CODEAMA: *A Cidade de Manaus*. Estudos Específicos. Ano IV, n.º 18, 4.ª edição. Manaus, 1968.

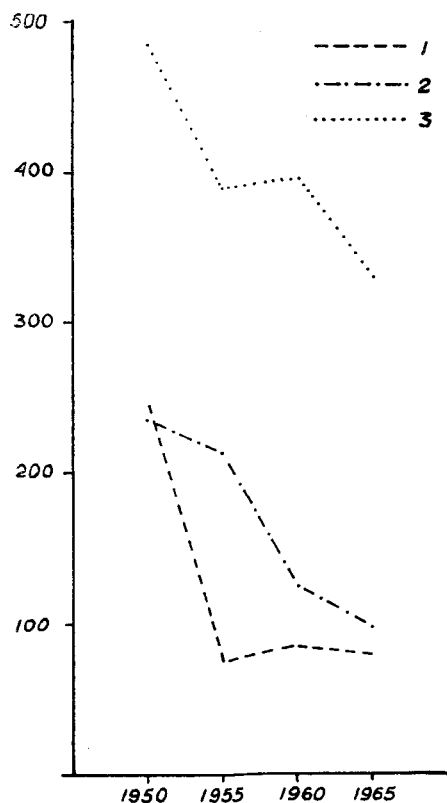


Gráfico 11 — Causas de morte da população de Manaus: 1 — tuberculose; 2 — doenças peculiares à primeira infância (exceto complicações de gravidez, vícios de conformação congênitos, lesões devidas ao parto e infecções); 3 — gastrite, duodenite, enterite e colite (exceto diarreias dos recém-nascidos). Fonte: Anuário Estatístico.

esparças e relativamente pouco vultosas, se diluem diante da imensidão dos problemas regionais.

É claro que os problemas sanitários e alimentares da população não são causa, mas, sim, efeito da situação de baixos salários, pouca instrução e, conseqüentemente, baixo padrão de vida da população.

CONCLUSÃO

Manaus necessita ampliar seu mercado de trabalho, principalmente no setor industrial. Por isso é importante que se criem novas condições de atração de capitais. Porém, na intensificação do processo de industrialização, não se deve levar em conta apenas o aumento de rentabilidade, conforme considera a SUDAM: ¹³ “a produtividade do operário amazônico é bem mais baixa do que a média para o Brasil, sendo o valor *per capita* da produção industrial, na Amazônia, equivalente a 16,1% do seu correspondente no Brasil. Essa produtividade, entretanto,

¹³ SUDAM: 1.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento — 1967/1971.

vem crescendo, mediante maior capitalização da indústria, que se traduz por um aumento de 54% na utilização da força motriz, entre 1950 e 1960, e uma redução na participação da mão-de-obra no valor da transformação de 22,3% para 16,1%, ou seja uma redução à taxa geométrica de 3,3% a.a.". É necessário, também, que sejam ampliadas as possibilidades de emprêgo, porque o que mais chama a atenção, na questão do emprêgo, em Manaus, é o fato de apresentar grandes contingentes de excedentes de mão-de-obra numa região pouco povoada. Do ponto de vista do trabalho, a cidade apresenta características de excedente de mão-de-obra encontradas em regiões superpovoadas.

Todavia, a solução não está no contrôle da natalidade. Isto é uma evidente deturpação dos reais problemas econômicos da região, porque não se pode falar em desenvolvimento sem população necessária para ocupar aquela área imensa. O problema de excedentes de mão-de-obra nas cidades indica, de um lado, que o êxodo não é realizado apenas pela atração que oferece a vida urbana, mas principalmente porque as relações de produção e o atraso econômico nas áreas rurais, sobretudo extrativistas, expulsa a população que aí vive; de outro lado, que o desenvolvimento industrial nas cidades é limitado. Portanto, a essência do problema não reside no excesso de mão-de-obra, em si, mas na estrutura sócio-econômica da região, não sendo válidas, por conseguinte, as teses neo-maltusianas.

Assim, considerando o conjunto da região, vemos que a solução não se relaciona apenas com o aspecto urbano. Corrigindo-se erros de desenvolvimento somente nas cidades, acarretar-se-á um êxodo rural ainda maior, criando-se condições de maiores vazios no interior e diluindo-se as medidas tomadas nas cidades, pelo aumento substancial de sua população.

Esta, aliás, é uma consideração que deve ser feita com relação à Zona Franca. Além disso, ela não criou uma área industrial, conforme estava planejado. Melhores condições de vida, em relação às áreas extrativas, atraem população do interior. Êste é um problema sério, numa região pouco povoada e que corre riscos, com as tentativas de sua internacionalização. Para desenvolvê-la e assegurá-la como brasileira é preciso que ela seja ocupada. Um planejamento voltado apenas para a capital tende a esvaziar o interior.

O próprio processo de industrialização deve abranger não apenas a capital, mas também outras cidades menores. Há projetos de instalação de novas indústrias em Parintins e Itacoatiara, saudáveis do ponto de vista desenvolvimentista. Também a política de abertura de novas vias de comunicação na região atrai as populações marginalizadas, das áreas extrativistas, para a agricultura e, caso fôssem acompanhadas da concessão de títulos de posse da terra, seriam elas fixadas, em melhores condições, no campo.

Num planejamento complexo, em que vários fatores inter-relacionados fôssem considerados, é que se encontrariam as soluções para os problemas regionais.